



---

# o *Brasil* e o Capitalismo Histórico

Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo

*Organizadores*

PEDRO ANTONIO VIEIRA

ROSÂNGELA DE LIMA VIEIRA

FELIPE AMIN FILOMENO

**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

© Pedro Antonio Vieira; Rosângela de Lima Vieira; Felipe Amin Filomeno

### **Conselho Editorial**

Immanuel Wallerstein, Fernando Novais, Hoyêdo Lins, e Francisco Luiz Corsi

### **Projeto gráfico, diagramação e capa**

Rita Motta - [www.editoratribo.blogspot.com](http://www.editoratribo.blogspot.com)

### **Revisão**

Sérgio Meira

### **Impressão**

Gráfica e Editora Copiart Ltda

1ª Edição - 2012 - São Paulo – SP

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

B83

O Brasil e o capitalismo histórico : passado e presente na análise dos sistemas-mundo /  
organização Pedro Antonio Vieira, Rosângela de Lima Vieira, Felipe Amin  
Filomeno.- São Paulo, SP : Cultura Acadêmica Editora, 2012.  
327 p.

ISBN 978-85-7983-386-1

1. Capitalismo - Brasil - História. 2. Capital (Economia). I. Vieira, Pedro  
Antonio. II. Vieira, Rosângela de Lima. III. Filomeno, Felipe Amin. IV. Série.

13-1521.

CDD: 330.1220981

CDU: 330.142.23(81)

---

043362



## Desigualdades mundiais de renda: em direção a uma perspectiva crítica

ROBERTO PATRICIO KORZENIEWICZ<sup>73</sup>

Há quase 20 anos, na revista *New Left Review*, Giovanni Arrighi resumiu as tendências da estratificação global, demonstrando que “após trinta anos de esforços de desenvolvimento de todos os tipos, as brechas que separam as rendas do Leste e do Sul das rendas do Oeste e do Norte são, atualmente, maiores do que nunca”. (ARRIGHI, 1991, p. 39-66). O reconhecimento dessas brechas, argumentou Arrighi em seu artigo, era necessário para todas as forças progressistas que visavam promover “uma ordem mundial mais igual e solidária”. O objetivo deste artigo é reavaliar a base empírica da desigualdade global diante das transformações contínuas que têm caracterizado a economia-mundo durante os últimos vinte anos e na crise atual, e oferecer uma explicação crítica das atuais tendências da desigualdade

---

<sup>73</sup> Doutor em Sociologia pela State University of New York - Binghamton. Professor da University of Maryland.

mundial, a partir de alguns *insights* teóricos mais gerais de Giovanni Arrighi sobre o desenvolvimento da economia-mundo.<sup>74</sup>

## Tendências da desigualdade mundial e o impacto da crise atual

Escrito logo após o colapso da União Soviética e do Bloco do Leste, o artigo de Arrighi (1991, p. 39) indicou que as desigualdades crescentes da renda mundial, que intensificaram apesar da industrialização bem-sucedida em muitas regiões da economia-mundo, eram a origem das “grandes revoltas políticas de nossos dias”. De acordo com Arrighi (1991, p. 40), em um esforço para aumentar o controle sobre a riqueza, os governos nacionais do século 20, no mundo inteiro, adotaram as estratégias de desenvolvimento prevaletentes, “internalizando dentro de seus domínios algumas características dos países mais ricos, tais como a industrialização e a urbanização”. No entanto, embora tenha sido bem-sucedida para algumas nações (como o Japão, entre as décadas de 1950 e 1960, ou a Coreia do Sul, entre os anos 70 e 80), essa trajetória de desenvolvimento “não modificou a hierarquia geral da riqueza” na economia-mundo.

Para apresentar essas tendências, Arrighi, em sua contribuição para a revista *New Left Review*, em 1991, comparou tendências no compartilhamento da renda entre diferentes segmentos das populações da economia-mundo. O primeiro segmento incluiu o que Arrighi (1991, p. 42) denominou núcleo orgânico: nações que, nos 50 anos anteriores a 1991, e de forma contínua, “ocuparam as primeiras posições na hierarquia global da riqueza”: diversos países da Europa Ocidental (Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Alemanha Ocidental, Áustria, Suíça, França e Reino Unido), da América do Norte (Canadá e Estados Unidos)

---

<sup>74</sup> Nosso foco recai no impacto da crise nas desigualdades mundiais de renda mais do que na trajetória da crise em si. Para uma visão geral da última, consulte o artigo de BLACKBURN, Robin. “The Subprime Crisis” (A Crise do Mercado Subprime), *New Left Review*, p. 63-106, mar-abr. 2008.

---

e da Oceania (Austrália e Nova Zelândia). Entre os países neste segmento “rico” da economia-mundo, os Estados Unidos assumiram a liderança logo após a Segunda Guerra Mundial, mas uma convergência considerável ocorreu entre esses países de alta renda após os anos 1950.

Arrighi observou que, durante esse período de 50 anos, houve alguns casos notáveis de crescimento bem-sucedido por parte de países que no mesmo período passaram a ser considerados, de forma geral, os “milagres” econômicos de seu tempo: Japão e Coreia do Sul, na Ásia; Itália e Espanha, na Europa; Brasil, na América Latina. Para diferenciar essas trajetórias, Arrighi também avaliou o desempenho econômico relativo das nações que faziam parte do bloco socialista, antes dos anos 1990.

No entanto, o ponto principal da análise de Arrighi, em seu artigo de 1991, foi a avaliação da trajetória da brecha que separa as nações pobres das ricas. Neste sentido, Arrighi (1991, p. 49) aponta que ocorreu, na verdade, uma redução significativa da participação da grande maioria das populações do mundo na renda mundial durante boa parte do período após a Segunda Guerra Mundial, de forma que “a tendência das desigualdades de renda durante os últimos 50 anos foi de declínio entre as regiões ricas, mas de aumento para as regiões mais pobres”.

Houve uma mudança dessas tendências durante os cerca de vinte anos que se seguiram à publicação do artigo de Arrighi em 1991? Para avaliar essa questão, este artigo reproduz o tipo de exercício empírico realizado por Arrighi: são utilizados os dados da renda nacional para o cálculo do produto nacional bruto *per capita* (PNBPC) de diversos segmentos da população (POP) no mundo inteiro, expressados como uma porcentagem dos valores equivalentes para o que Arrighi denominou de “núcleo orgânico”. Esse cálculo serve para medir até que ponto as populações de países e/ou regiões específicas alcançaram os níveis de renda das populações das nações de alta renda.

A tabela 1 mostra que houve uma década (entre a metade dos anos 1990 e meados dos anos 2000) em que o crescimento econômico foi mais rápido na América do Norte do que no resto do mundo “ocidental” (incluindo Austrália e Nova Zelândia). Entretanto, a posição geral relativa das nações “ocidentais” mais ricas do mundo não mudou drasticamente entre o começo

dos anos 1990 e meados dos anos 2000; na verdade, há indícios constantes de uma convergência crescente entre as nações de alta renda.

**Tabela 1:** Comparação do Desempenho Econômico no “Ocidente” de Arrighi (Centro Orgânico)

		1973	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007
I, Europa Ocidental (12)	PNBPC	79,5	98,4	73,4	94,5	98,9	88,9	95,1	96,1	97,5
	POP	49,6	48,0	47,0	46,2	45,2	44,2	43,4	43,3	43
II, América do Norte (2)	PNBPC	123,0	103,0	126,5	106,9	103,2	112,0	106,2	105,0	103,7
	POP	47,1	48,6	49,5	50,1	51,0	52,0	52,6	52,8	52,9
III, Austrália e N. Zelândia (2)	PNBPC	79,4	80,9	82,7	76,1	69,5	65,7	71,4	75,9	78,3
	POP	3,3	3,4	3,6	3,7	3,8	3,8	3,9	4,0	4,0

**Observações:** Os dados de PNBPC (produto nacional bruto per capita) e POP (população) são razões para seus equivalentes do núcleo orgânico de Arrighi (Áustria, Benelux e países escandinavos, Alemanha, Suíça, França, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia)

**Fonte:** Cálculos do autor baseados no Banco Mundial (2010)

E quanto aos cinco países que apareceram como os casos promissores mais notáveis de crescimento bem-sucedido nos anos 1980 e começo dos anos 1990? Conforme a tabela 2, abaixo, o Japão, aclamado por autoridades e formuladores de políticas como um modelo de sucesso econômico nos anos 1980, quando parecia estar ultrapassando rapidamente os Estados Unidos e as outras nações ocidentais do centro, alcançou altos índices no PNBPC relativo na metade dos anos 1990, e declinou, posteriormente, em consequência da estagnação econômica virtual (especialmente em comparação ao desempenho dos países ocidentais discutidos anteriormente). Em geral, os níveis de PNBPC relativo do Brasil e da Itália se mantiveram entre o começo dos anos 1990 e meados dos anos 2000 (com pequenas diferenças entre os dois países em momentos específicos nos períodos de maior ou menor crescimento). Por outro lado, por conta de oportunidades e estratégias relativamente diferentes de crescimento, tanto a Coreia do Sul quanto a Espanha continuaram a alcançar o “núcleo orgânico” durante todo o período (com crescimento mais acentuado após o começo dos anos 2000).

**Tabela 2:** Comparação do Desempenho Econômico nos “milagres econômicos” de Arrighi

	1973	1985	1990	2000	2005	2006	2007
1. Leste da Ásia							
1.1. Japão							
PNBPC	61,7	82,8	82,4	123,8	153,4	116,8	97,3
POP	21,7	22,5	22,6	22,3	21,6	21,1	20,5
1.2. Coreia do Sul							
PNBPC	7,4	14,6	17,7	27,9	41,0	33,0	39,8
POP	6,8	7,4	7,6	7,7	7,8	7,8	7,7
2. Sul da Europa							
2.1 Itália							
PNBPC	55,7	65,0	58,5	83,1	75,1	70,4	76,3
POP	11,0	10,9	10,6	10,2	9,8	9,5	9,4
2.2 Espanha							
PNBPC	36,4	48,7	33,7	55,2	55,3	52,0	63,6
POP	3,3	3,4	3,6	3,7	3,8	3,8	3,9
3. América Latina							
3.1 Brasil							
PNBPC	13,5	17,6	11,9	12,5	14,2	13,0	9,7
POP	20,7	23,4	25,5	27,0	27,9	28,9	30,0

**Observações:** Os dados de PNBPC (produto nacional bruto per capita) e POP (população) são razões para seus equivalentes do núcleo orgânico de Arrighi (consulte a Tabela 1)

**Fonte:** Cálculos do autor baseados no Banco Mundial (2010)

O padrão misto de trajetórias de crescimento econômico com grau maior e menor de êxito também caracteriza a maioria das regiões do mundo. Como indicado na tabela 3, abaixo, para muitas nações, os anos 90 e a década seguinte trouxeram convergências insignificantes ou insuficientes com o núcleo orgânico. Por exemplo, este foi o caso da América Latina (com exceção do Brasil), que de forma geral perdeu bastante terreno durante os anos 70 e 80, atingindo o patamar mais baixo no começo dos anos 90. Posteriormente, a média relativa do PNBPC para a América Latina com um todo mostrou

alguma recuperação em relação ao núcleo orgânico, aproximando-se da posição relativa que ocupava em meados dos anos 80, mas sem recuperar a posição alcançada nos anos 1970.

**Tabela 3:** Comparação do Desempenho Econômico no “Sul” e “Leste” de Arrighi

	1973	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007
<b>I. América Latina, excluindo o Brasil</b>									
PNBPC	18,1	17,6	14,4	10,0	13,3	13,9	12,7	13,5	14,6
POP	32,7	37,1	40,0	42,5	45,3	47,1	48,4	48,6	48,8
<b>II. Hungria e Polônia</b>									
PNBPC					12,2	15,5	19,7	21,2	23,4
POP					8,4	8,1	7,7	7,7	7,6
<b>III. Oriente Médio e Norte da África</b>									
PNBPC	9,4	10,0	8,6	8,0	7,1	6,9	7,4	8,1	8,9
POP	22,8	26,1	29,1	31,6	33,6	35,6	38,4	38,8	39,2
<b>IV. África Sub-Sahariana</b>									
<b>IV.1. Ocidental e Oriental</b>									
PNBPC	3,5	4,7	2,4	1,5	1,0	0,9	1,1	1,3	1,4
POP	3,3	3,4	3,6	3,7	3,8	3,8	3,9	4,0	4,0
<b>IV.2. Meridional e Central</b>									
PNBPC	12,2	11,3	8,8	7,1	5,9	4,2	4,7	5,0	5,0
POP	149,1	168,5	183,0	196,3	206,9	218,1	228,3	230,0	231,7
<b>V. Sul da Ásia</b>									
PNBPC	2,6	2,2	2,2	1,8	1,5	1,5	1,8	1,9	2,1
POP	149,1	168,5	183,0	196,3	206,9	218,1	228,3	230,0	231,7
<b>VI. Sudeste da Ásia</b>									
PNBPC	3,8	5,5	5,4	4,7	6,6	4,5	5,0	5,3	5,9
POP	33,4	37,9	40,7	43,2	45,1	46,9	48,9	49,2	49,5
<b>VII. China</b>									
PNBPC	2,8	2,8	1,7	1,5	2,0	3,1	4,4	4,8	5,4
POP	177,4	189,2	197,0	204,9	207,9	209,9	209,1	208,7	208,3

**Observações:** Os dados de PNBPC (produto nacional bruto per capita) e POP (população) são razões para seus equivalentes do núcleo orgânico de Arrighi (consulte a tabela 1)

**Fonte:** Cálculos do autor baseados no Banco Mundial (2010)



Houve um declínio relativo bastante longo também no Oriente Médio e na África do Norte, mas isto ocorreu nas duas últimas décadas do século 20, com uma pequena recuperação do terreno perdido depois de 2001. Os padrões eram comparáveis aos da África Subsaariana e da maior parte do sul da Ásia. Desse modo, a maioria das nações periféricas e semiperiféricas tiveram pouco êxito em alcançar a média do PNBPC do núcleo orgânico nos anos 1990 e 2000, assim como havia ocorrido nos 50 anos precedentes, conforme explica Arrighi em seu artigo de 1991.

Obviamente, essas tendências sinalizam apenas uma parte limitada da história das tendências atuais na desigualdade da renda mundial. Com certeza, o que mais impressiona nas últimas duas décadas, desde o artigo de Arrighi, em 1991, são as taxas extremamente altas de crescimento econômico vivenciadas por grande parte da população mundial, primeiramente na China, mas posteriormente ocorrendo de modo significativo também na Índia (vide tabela 3).

Abaixo, a tabela 4 indica que, nos últimos vinte anos, a China tem crescido a uma taxa média anual impressionante, de cerca de 10%. Na Índia, as taxas de crescimento têm oscilado mais do que na China, mas foi registrada uma taxa média anual de crescimento do PIB também notável, de 6,3%.

**Tabela 4:** Taxas de Crescimento Anual do PIB para a Índia e China, 1990-2009

	China	Índia
1990	3,8	5,6
1991	9,2	2,1
1992	14,2	4,4
1993	14,4	4,9
1994	13,1	6,2
1995	10,9	7,4
1996	10,0	7,6
1997	9,3	4,6
1998	7,8	6,0
1999	7,6	6,9

(*Continua*)

*(Conclusão)*

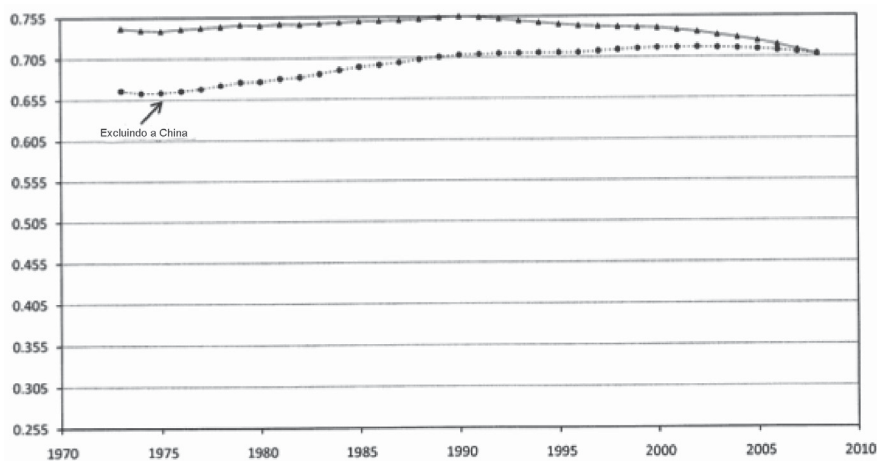
	China	Índia
2000	8,4	5,7
2001	8,3	3,9
2002	9,1	4,6
2003	10,0	6,9
2004	10,1	7,9
2005	10,4	9,2
2006	11,6	9,8
2007	13,0	9,4
2008	9,6	7,3
2009	8,7	5,7

**Observação:** Preços constantes

**Fonte:** Fundo Monetário Internacional (2010)

Qual tem sido o impacto geral das atuais tendências de crescimento econômico na estratificação social global? Para avaliar essa questão, a figura 1, abaixo, exibe duas estimativas distintas da trajetória da desigualdade entre países durante as últimas quatro décadas, mensuradas com os coeficientes de Gini, e calculadas através dos dados de produto interno bruto do Banco Mundial (2010), em dólares americanos constantes (ano 2000) e ponderados pelas estimativas populacionais elaboradas pela mesma instituição.<sup>75</sup> Os coeficientes de Gini, que são medidas de desigualdade razoavelmente intuitivas e amplamente utilizadas, podem oscilar entre 0 (completa igualdade) e 1 (completa desigualdade).

<sup>75</sup> Arrighi e Drangel (1986), e também Korzeniewicz e Moran (2000 e 2009), afirmam que as medidas de renda FX, ajustadas pelo mercado Forex, são as mais adequadas para a análise da desigualdade global, especialmente em estudos longitudinais.



**Figura 1:** Coeficientes de Gini para desigualdade entre países: 1973-2008

**Observação:** com a China, tamanho da amostra = 117 países; 86% da população do mundo em 2000

**Fonte:** Cálculos dos autores baseados no Banco Mundial (2010)

As tendências sugeridas pelos coeficientes de Gini na figura 1, acima, realmente confirmam que houve certo declínio nas desigualdades da renda mundial durante os últimos 20 anos. Por volta de 1990, as desigualdades entre países atingiram o pico, com o coeficiente de Gini chegando a 0,755. Esse é um nível de desigualdade muito alto (igual ou maior do que o coeficiente de Gini observado na distribuição de renda dentro dos países mais desiguais no mundo – como o Brasil ou a África do Sul). Após 1990, o coeficiente de Gini começou a declinar, alcançando o nível baixo 0,708 em 2008 (embora ainda seja considerado alto para o padrão de distribuição de renda dentro de países). Desse modo, entre 1980 e 2008, utilizando a base de dados FX, os respectivos coeficientes de Gini diminuíram 6,2%.

A China e, mais recentemente, a Índia, realmente causaram um impacto significativo na configuração de tendências na desigualdade entre países. De acordo com as tendências exibidas na figura 1, caso a China seja excluída do rol de nações no referido cálculo, desaparecerá uma grande parte da queda dos coeficientes de Gini para o período em análise: com a exclusão

da China, os coeficientes de Gini para o período como um todo são consideravelmente menores, o pico na desigualdade entre países (0,717) é alcançado entre 2001 e 2002 e a queda da desigualdade, entre 2002 e 2008, é 1,1%, um resultado bem mais modesto.

No entanto, isso não significa que a queda das desigualdades da renda mundial entre os países seja superestimada pela inclusão da China e da Índia. De fato, esses dois países reúnem cerca de 40% da população mundial em seus territórios; por essa razão, o desempenho relativo de ambos realmente molda de forma significativa as tendências relevantes da distribuição de renda mundial. Assim, conforme observado por Aglietta (2008, p. 61-2), o crescimento da China e da Índia é como “uma grande bifurcação do capitalismo”, pois o crescimento contínuo desses dois países nas próximas décadas, mesmo que a taxas um pouco mais baixas do que as observadas nos últimos 20 anos, conseguiria, após algumas gerações, “quase reverter a brecha criada pela revolução industrial, pelo colonialismo e o imperialismo do século 19, seguidos da guerra e das revoluções do século 20”.

Além disso, não há dúvida alguma de que o rápido crescimento econômico da China e da Índia nos últimos 20 anos realmente transformou os mercados mundiais de trabalho, nos quais “[a] oferta mundial de mão de obra quase dobrou com a abertura da [China e Índia] ao comércio exterior desde meados dos anos 1990” (AGLIETTA 2008, p. 72). Por isso, Anderson (2007, p. 5) sugere que “a emergência da China como a nova oficina do mundo [representa] não somente a rápida expansão de uma economia nacional gigantesca, mas também uma mudança na estrutura do mercado mundial”.

Historicamente, sempre houve mobilidade de nações individualmente; por exemplo, a Suécia no final do século 19, o Japão logo após a Segunda Guerra Mundial, ou a Coreia do Sul, nos anos 1970 e 1980. No entanto, no passado, a mobilidade ascendente das nações individuais ocorreu dentro de um cenário em que a desigualdade sistêmica subsistiu ou se tornou ainda mais pronunciada. A vasta extensão da China e da Índia faz com que a história agora seja diferente, pois a mobilidade efetiva desses países, mesmo que limitada a esses dois casos, implicaria uma mudança na lógica que prevaleceu até agora na economia-mundo.

---

Embora os dados existentes desafiem a noção de que as desigualdades globais continuaram crescendo ou permaneceram inalteradas durante os últimos 20 anos, algumas ressalvas importantes devem ser observadas em relação à hipótese de convergência. Embora tenha ocorrido um declínio na desigualdade entre países nos últimos 20 anos, os principais coeficientes de Gini permanecem muito altos, mesmo com o impressionante crescimento da China (e, por um período menor, da Índia). A título de exemplo, talvez não haja uma única nação no mundo que tenha um nível de desigualdade dentro do país tão alto quanto os níveis exibidos na figura 1 (atualmente, os níveis mais altos de desigualdade dentro dos países são encontrados na África do Sul, no Zimbábue, na Bolívia e no Brasil). Além disso, embora seja necessária, sem dúvida, a inclusão da China e da Índia em qualquer avaliação dessas tendências, é preciso levar em consideração o fato de que as disparidades entre os países remanescentes permanecem altas quando se avalia como as diversas populações no mundo inteiro percebem os padrões contemporâneos de mudança.

**Tabela 5:** Taxas de crescimento reais e projetadas para países selecionados e grupos de nações, 2005-2015

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
G7	2,4	2,6	2,2	0,2	-3,4	2,4	2,3	2,3	2,3	2,2	2,1
União Europeia	2,2	3,4	3,1	0,9	-4,1	1,0	1,8	2,2	2,3	2,2	2,1
Europa Central e Oriental	5,9	6,5	5,5	3,0	-3,7	2,8	3,4	4,0	4,0	4,0	4,0
Ásia em desenvolvimento	9,0	9,8	10,6	7,9	6,6	8,7	8,7	8,6	8,6	8,6	8,5
China	10,4	11,6	13,0	9,6	8,7	10,0	9,9	9,8	9,7	9,6	9,5
Índia	9,2	9,8	9,4	7,3	5,7	8,8	8,4	8,0	8,1	8,1	8,1
Oriente Médio e Norte da África	5,4	5,7	5,6	5,1	2,4	4,5	4,8	4,8	4,7	4,8	4,8
África Sub-Sahariana	6,3	6,5	6,9	5,5	2,1	4,7	5,9	5,5	5,6	5,5	5,4
Hemisfério ocidental	4,7	5,6	5,8	4,3	-1,8	4,0	4,0	4,3	4,2	4,1	4,0

**Observação:** Taxas calculadas com preços correntes; taxas projetadas em itálico

**Fonte:** Fundo Monetário Internacional (2010)

Qual impacto pode ser esperado da atual crise econômica nas tendências observadas na distribuição mundial da renda? Conforme sugere a tabela 5, abaixo, a expectativa é de que as taxas do crescimento econômico na China e na Índia permaneçam altas em um futuro próximo: o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta uma taxa média de crescimento anual de 9,6%, para a China, e de 7,8%, para a Índia, no período de 2008 a 2015. Essas taxas são menores do que o ápice das taxas de crescimento econômico obtidas em 2006 (Índia) ou em 2007 (China), mas permanecem espetacularmente altas para os padrões mundiais.

O rápido crescimento econômico não se limitou apenas à Índia e à China. Diversos países foram privilegiados pela recente alta do preço das matérias primas (por exemplo, este é o caso da Argentina, onde as taxas de crescimento após o colapso econômico do começo dos anos 2000 se aproximaram do que os observadores locais na região chamaram de “taxas chinesas”). Além disso, as taxas médias de crescimento na América Latina e na África continuaram acima do patamar alcançado nas duas últimas décadas do século 20.

Em contraste, a crise foi acompanhada de contração econômica e desemprego crescente no centro. De acordo com as projeções do FMI, as taxas médias do crescimento econômico no G-7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) decresceram de 2,5%, em 2006, para 2,3%, em 2007, e para 1,1%, em 2008, havendo a expectativa de que continuem baixas, retornando a uma variação de 2,3 a 2,4% no período de 2010 a 2015. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, houve um declínio constante nas taxas de crescimento econômico entre 2005 e 2008-9, de aproximadamente 3% para quase 0,5%, embora aqui a recuperação tenha sido projetada para alcançar níveis mais altos entre 2011 e 2013 do que no restante dos países do G-7.

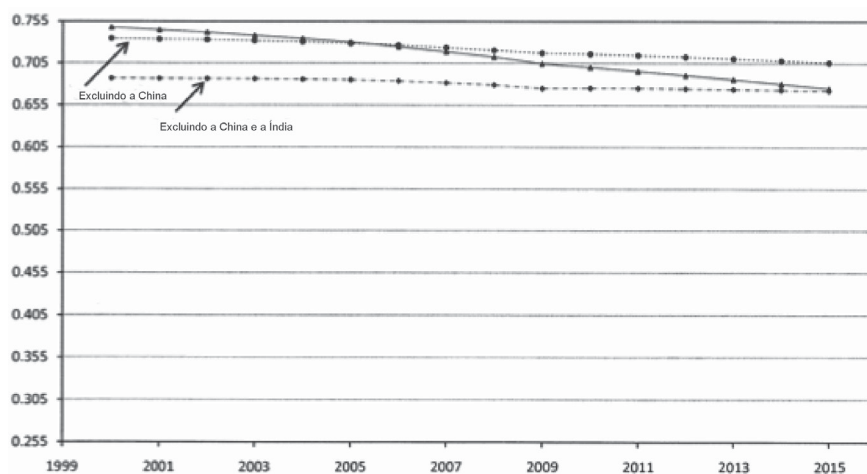
A atual crise econômica foi especialmente acentuada em alguns dos países que haviam atingido elevadas taxas de crescimento econômico na

---

década de 90 e início dos anos 2000: os assim chamados PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha). Durante o ano de 2010, Grécia e Portugal se destacaram entre os países cujas dificuldades fiscais resultaram em um declínio significativo de mercado em toda a Europa, o que exigiu a elaboração de planos especiais de salvamento pela União Europeia. Mas a crise também teve um forte impacto nos outros dois países. A taxa média de crescimento do PIB na Irlanda no período 1995-2000 foi de 9,6%, mas ficou abaixo de 3% em 2008-9. Na Espanha, o PIB cresceu a uma média mais modesta de 3,8% entre 1997 e 2007, mas ficou abaixo de 2% nos dois anos seguintes.

Sendo assim, qual é o impacto total dessas tendências de crescimento econômico sobre a desigualdade global? Para avaliar essa questão, reproduzimos o exercício apresentado anteriormente na figura 1 para a estimativa da evolução hipotética de coeficientes de Gini globais em um futuro próximo. Para realizar este exercício, combinamos as projeções de crescimento econômico feitas pelo FMI com dados de renda do Banco Mundial utilizados na figura 1 (a amostra resultante para a figura 2 é diferente da amostra utilizada na figura 1). As ressalvas usuais se aplicam aqui: estas projeções são apenas estimativas e, no caso do FMI, essas estimativas são bastante otimistas em relação ao ritmo provável de recuperação econômica nos próximos anos. Entretanto, em vista dessas ressalvas, as estimativas permitem ao menos uma avaliação preliminar do provável impacto da atual crise econômica sobre a desigualdade global.

Conforme indicado pela figura 2, adiante, se as estimativas projetadas forem, de alguma forma, precisas, é provável que as desigualdades entre os países continuem a diminuir no futuro próximo. De acordo com essas estimativas, pode-se esperar que as desigualdades entre os países diminuam a cada ano, de hoje até 2015: desse modo, na nova série exibida na figura 2, espera-se que a desigualdade entre países diminua do coeficiente de Gini máximo de 0,762, alcançado em 1990, para 0,676 em 2015: um declínio total bastante significativo, de 11,3%.



**Figura 2:** Coeficientes de Gini para desigualdade entre países: 2000-2015

**Observação:** com a China e a Índia, tamanho da amostra = 174; 97% da população do mundo em 2000

**Fonte:** Cálculos dos autores baseados no Banco Mundial (2010); os números após 2009 são projeções baseadas no FMI (2010)

As mesmas ressalvas observadas anteriormente também se aplicam aqui. Essas mudanças da desigualdade entre países estão sendo impulsionadas principalmente pela China e pela Índia (o declínio do coeficiente de Gini entre 2000 e 2015 é 9,6%, com a inclusão de todos os países, 3,8%, excluindo-se a China, e 2,1%, excluindo-se a China e a Índia). Assim, será fundamental manter altas taxas de crescimento econômico nestes dois países para que essas desigualdades entre países continuem a diminuir no futuro. Isso exigirá a contínua atualização tecnológica e organizacional, uma tarefa incitada por líderes políticos e formuladores de políticas nesses dois países, mas sem garantias de resultados.<sup>76</sup> Além disso, conforme já observado, o crescimento econômico no caso da China foi associado a um aumento substancial na

<sup>76</sup> Consultar, como exemplo, o artigo de John Pomfret, *Beijing tries to push beyond 'Made in China' status to find name-brand innovation* (Pequim tenta superar o status 'Made in China' para a inovação de marcas), *The Washington Post*, 24 maio 2010). Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/05/24/AR2010052404126.html>>.



desigualdade no país: isso pode não apenas se tornar uma fonte de demandas políticas em prol de uma maior equidade dentro do país, dificultando uma trajetória simples de crescimento contínuo, mas também acabar propiciando um novo aumento na desigualdade mundial como um todo.<sup>77</sup>

Há questões que permanecem em aberto no que tange à evolução das desigualdades entre países nas outras regiões do mundo (especialmente na África e na América Latina). Aqui, não está claro se outros países de renda baixa e média serão capazes de seguir o mesmo caminho, por exemplo, encontrar sinergias com o crescimento da China e da Índia por meio da produção de alimentos e matérias-primas, ou se o próprio sucesso da China e da Índia prejudicará as oportunidades de crescimento econômico em outros lugares.<sup>78</sup> Além disso, devemos destacar também que mesmo depois de vinte e cinco anos de crescimento extraordinário nas regiões periféricas, as desigualdades entre países continuariam em um nível extremamente alto – poucos países do mundo apresentam coeficientes de Gini acima de 0,676 (o nível em que as desigualdades entre países permaneceria em 2015, se as projeções otimistas para a China e a Índia se mantivessem conforme as projeções do FMI).

Talvez os governos dos países ricos também fiquem tentados a adotar políticas destinadas a reverter essas mudanças relativas na desigualdade da renda mundial. Em primeiro lugar, especialmente em resposta à crise econômica, os formuladores de políticas de instituições financeiras internacionais e organizações multilaterais em 2010 defenderam a adoção de políticas de ajuste nas nações ricas e um crescimento econômico mais lento na China. Captando alguns aspectos desta estratégia dupla, o jornal *The Washington Post* observou que “o fluxo da dívida dos EUA com o Banco Popular da China atuou como uma espécie de cartão de crédito coletivo gigante, financiando consumidores nos Estados Unidos e impulsionando modelos de

---

<sup>77</sup> O Professor Ho-Fung Hung, do Departamento de Sociologia da Universidade Johns Hopkins, está desenvolvendo a pesquisa desta última questão em seu estudo atual.

<sup>78</sup> Como exemplo, para uma avaliação pessimista do impacto da produção chinesa de matéria-prima no continente africano, consultar: <[http://www.elpais.com/articulo/portada/nuevos/amos/Africa/elpepusocephs/20100509elpepspor\\_9/Tes](http://www.elpais.com/articulo/portada/nuevos/amos/Africa/elpepusocephs/20100509elpepspor_9/Tes)>.

negócios de grandes varejistas, como o Wal-Mart”, e resumiu as descobertas recentes do FMI, indicando que

[...] para manter a economia global sob controle, o povo norte-americano e o resto do mundo desenvolvido precisam trabalhar mais antes de se aposentar, pagar impostos mais elevados e esperar menos do governo. E as importações baratas que ocupam as prateleiras de mega-redes como o Wal-Mart e a Target? Elas precisam ser mais caras.<sup>79</sup>

Os planos de ajuste estão gerando grande descontentamento popular em toda a Europa, e é provável que esse descontentamento se intensifique caso os supostos benefícios desses ajustes sejam ofuscados por efeitos negativos e/ou a “equiparação” mais acelerada de países como a China e a Índia. Por outro lado, ainda não há sinais de que os governos dos Estados Unidos e de outras nações ricas tenham sido particularmente eficazes em convencer seus homólogos chineses a desacelerar o crescimento.<sup>80</sup>

Uma segunda reação possível seria uma onda renovada de protecionismo direcionada aos países que estão se industrializando rapidamente. Apesar da existência de alguns defensores dessa estratégia, incluindo, por vezes, organizações sindicais nos países mais ricos, houve um avanço conjunto e indiscriminado muito pequeno no sentido de restringir os mercados. Assim, o Fórum Mundial do Comércio observa que “os acordos internacionais, como a estrutura da OMC e as promessas do G20, contribuíram para limitar o efeito das pressões protecionistas sobre as barreiras comerciais. Apesar dos temores em relação ao crescente protecionismo, [...] a grande maioria dos

---

<sup>79</sup> <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/04/23/AR2010042305258.html>>.

<sup>80</sup> Assim, um artigo recente publicado no *The New York Times* (26 out. 2010) indica que “o governo de Obama, diante de uma relação conturbada com a China, no que diz respeito a taxas alfandegárias, comércio e questões de segurança, está tornando sua abordagem com Pequim cada vez mais rígida, procurando aliados para o confronto com esta nova potência agressiva assertiva, que, segundo relatos oficiais, informa ter poucas intenções de negociar com os Estados Unidos. Extraído e traduzido do site: <<http://www.nytimes.com/2010/10/26/world/asia/26china.html?hp>>.

---

países não criou barreiras ao comércio.”<sup>81</sup> No entanto, grupos de interesse podem ser suficientemente poderosos em áreas específicas da produção e do comércio para impor este tipo de restrições, e/ou um aprofundamento da crise econômica poderia dar vazão a uma maior demanda por protecionismo.

Uma terceira área em que, de fato, houve uma reação mais evidente por parte das nações ricas corresponde à migração internacional. Nesse ponto, muitos países da Europa e os Estados Unidos empregaram esforços políticos para a adoção de políticas mais restritivas em relação aos imigrantes. Embora, ao contrário do ocorrido no final do século XIX e início do século XX, essa já não seja mais a arena primária que está gerando o processo atual de convergência limitada entre nações ricas e pobres, é possível especular que focalizar nos migrantes adquire importância simbólica nos esforços para conter a erosão percebida das fronteiras nacionais na atual transformação dos arranjos institucionais globais.

Independentemente da intensidade com que essas reações surgem no centro, o que deve ser discutido é se as transformações recentes na distribuição mundial da renda avançaram longe demais para serem revertidas por meio das políticas adotadas nos países de alta renda. Para Hung (2009, p. 24), é muito cedo para dizer se a China poderá servir de base para o crescimento, já que “a contenção dos salários no longo prazo restringe o crescimento do poder de consumo da China.” Por outro lado, Aglietta (2008, p. 71) destaca que “juntas, as exportações da China para os Estados Unidos e a Europa não somam mais do que 40% do total”, e que “as exportações representam cerca de 40% do PIB da China”; portanto, é improvável que qualquer redução na demanda por essas exportações nos Estados Unidos e na Europa, seja em decorrência de uma desaceleração econômica ou por qualquer outro motivo, não teriam mais do que um leve impacto no crescimento da China.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> Disponível em: <<http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/GlobalEnablingTradeReport/index.html>>. Acesso em: 28 maio 2010.

<sup>82</sup> Gowan (2009, p. 28) também afirma que “as economias do leste asiático, principalmente a da China, serão cada vez mais essenciais para as tendências macroeconômicas globais, ao passo que o longo histórico de centralidade dos Estados Unidos se enfraquecerá durante um longo grande período de estagnação.”

## Giovanni Arrighi e o repensar das desigualdades de renda mundial

Como o trabalho de Giovanni Arrighi nos ajuda a pensar sobre essas transformações nas desigualdades na distribuição da renda mundial? Para alguns formuladores de políticas e teóricos das ciências sociais que são fortes defensores da globalização, essas tendências no crescimento econômico fornecem clara evidência de que as desigualdades entre países estão em declínio à medida que os mercados e a industrialização se espalham pelo mundo inteiro. Assim, Sala-I-Martin (2006), brincando com o título de um artigo anterior de Pritchett (1997), simplesmente rotula as tendências atuais como *Convergence, Big Time* (algo como “Convergência, chegou a hora”). Também Firebaugh (2003, p. 190) argumenta que o aumento da desigualdade entre países antes da década de 60 e o subsequente declínio podem ser atribuídos às diferentes taxas de industrialização nas nações ricas e pobres:

como a industrialização se firmou, em primeiro lugar, nas nações inicialmente mais ricas, os ricos tornaram-se mais ricos e a desigualdade disparou entre as nações. Agora, como a industrialização está se espalhando para as nações mais pobres, as regiões pobres estão colhendo os benefícios do crescimento industrial e a desigualdade está diminuindo entre as nações.

Estas avaliações otimistas evocam o paradigma há muito tempo estabelecido que deu forma aos estudos sobre a “modernização”. Desde meados do século XX, as diversas abordagens da “modernização” argumentaram que da mesma forma que as nações passam por uma transição dos arranjos rurais (ou agrícolas/tradicionais) para os urbanos (ou industriais/modernos), a desigualdade entre os países é causada pelo fato de algumas nações tomarem a dianteira no processo de industrialização, enquanto outras ficam para trás. Conforme a famosa hipótese do U invertido de Simon Kuznets (1955), o aumento na desigualdade deveria ser meramente transitório e durar apenas o tempo suficiente para que as nações atrasadas alcançassem as que estavam

---

na liderança.<sup>83</sup> Esta linha de interpretação entendia as nações como entidades independentes e autônomas que embarcam, embora com diferenças temporais, em um processo universal de transformação da tradição para a modernidade. O grau relativo de comando sobre a renda era percebido como uma consequência da modernização, e a obtenção da riqueza pelas nações indicava o êxito relativo em adotar elementos essenciais da modernização (como a urbanização e a industrialização). Ao longo do tempo, à medida que todas as nações avançassem em direção a práticas e modos de pensamento universais, esperava-se que a convergência ocorresse e que a desigualdade entre as nações declinasse.

Perspectivas mais críticas constantemente contestam essa avaliação otimista das tendências atuais. Alguns destes críticos argumentam que assim que passamos dos agregados contábeis da renda nacional para as experiências reais dos pobres e desfavorecidos em todo o mundo, descobriremos que “a desaceleração global cobrou um pedágio mais elevado e desproporcional nos setores mais vulneráveis: os grandes exércitos de trabalhadores mal remunerados, com baixo nível de escolaridade e sem recursos que formam as superpovoadas profundezas da economia mundial” (BREMAN, 2009, p. 29). Mas de forma ainda mais direta, alguns observadores críticos contestam até mesmo a amplitude do declínio das desigualdades da renda mundial. Por exemplo, Milanovic (2005) observa que, enquanto a desigualdade global (combinando dados sobre a desigualdade entre países e dentro dos países) manteve-se relativamente estável, a desigualdade entre países diminuiu ligeiramente durante as últimas duas décadas do século XX. No entanto, o autor indica que este declínio é menor se forem levadas em consideração as crescentes disparidades regionais dentro da China, e desaparece completamente se a China for excluída da amostra. Da mesma forma, Wade (2004,

---

<sup>83</sup> Como um exemplo simples deste argumento, consulte Firebaugh (2003, p. 174), que acredita que “o aumento (durante grande parte do século XIX e na primeira metade do século XX), a redução (na segunda metade do século XX) e o decréscimo da desigualdade entre nações são explicadas, essencialmente, pela disparidade na expansão da industrialização para nações pobres. [...] Já que a industrialização se iniciou nas nações mais ricas, a expansão da globalização estimulou o nível de desigualdade entre nações. [...] Agora, no entanto, a difusão da industrialização visa compactar a desigualdade entre nações.”

p. 581; ver também WADE, 2008) argumenta que, quando medida pela renda média *per capita* ajustada pelas paridades do poder de compra, a desigualdade entre países diminuiu, “mas retire a China e mesmo essa medida indicará um aumento da desigualdade”. Por fim, mesmo ao reconhecer que pode ter havido um crescimento econômico significativo em países como a China ou a Índia, os observadores críticos contra-argumentam que este crescimento enfrenta limites imediatos, e é improvável que dure por muito tempo.<sup>84</sup>

Subjacente a estas perspectivas críticas, há a compreensão de que o crescimento da “globalização” ou dos mercados ao longo das últimas duas décadas ainda é marcado por padrões persistentes de polarização e desigualdade. Aqui, as perspectivas contemporâneas se conectam às abordagens mais antigas e críticas do papel dos mercados na perpetuação das desigualdades. Entre essas abordagens mais antigas, Raul Prebisch (p. ex., 1950) e Arrighi Emmanuel (1972) argumentam que a diferença de riqueza entre nações ricas e pobres foi mantida e/ou aprofundada pelas interações do mercado, pois as diferenças salariais entre o centro e a periferia estavam na origem da deterioração dos termos de intercâmbio (Prebisch) ou da troca desigual (Emmanuel) entre produtos periféricos e centrais.<sup>85</sup> Em diferentes graus, a noção de que o mercado é uma arena importante para o desdobramento da troca desigual, e de que a troca desigual constitui a principal força que molda as desigualdades entre as nações centrais e periféricas, é fundamental para muitas formulações das abordagens do sistema-mundo e da dependência – especialmente aquelas que tendem a perceber as desigualdades principalmente

---

<sup>84</sup> Nessa mesma linha, Balakrishnan (2009, p. 5) argumenta que “a taxa de crescimento da China, em razão do mercado de exportação, estagnarà, porque os mercados estarão esgotados. Ainda não está claro se o país pode mudar o foco para a acumulação baseada no mercado doméstico sem um decréscimo significativo no crescimento. Apenas após um longo processo sociopolítico de transformação e produção de uma demanda doméstica compensatória é que as bases sólidas do crescimento sustentável serão lançadas para a população de 1,25 bilhão de habitantes.”

<sup>85</sup> Representações mais simplistas desses argumentos concluem que para as nações, o *status* central ou periférico na economia mundial corresponde, respectivamente, à produção manufatureira e à produção de matérias primas. Arrighi (1986; 1990) contestou tal conclusão, criticando qualquer noção de que a manufatura ou a industrialização correspondam necessariamente ou estejam ligadas ao desenvolvimento ou a uma fatia maior da renda mundial.

como resultado da exploração (de uma classe por outra ou de países pobres por países ricos).<sup>86</sup>

A obra de Giovanni Arrighi nos obriga a pensar criticamente sobre estes argumentos. Começemos pela troca desigual. Depois de lembrar aos leitores que o conceito de “troca desigual” tal como desenvolvido por Emmanuel “refere-se ao comércio entre estados caracterizados por níveis salariais diferentes, mas com a taxa de lucro e nível de produtividade iguais”, Arrighi observa que, apesar do papel histórico que essas trocas podem ter desempenhado no aprofundamento da desigualdade entre as nações, nada impede que a troca desigual mude de posição e proporcione vantagens comparativas à periferia. Assim,

[um] país que vende *commodities* que incorporam mão de obra com altos salários em troca de *commodities* que possuem mão de obra com baixos salários pode continuar fazendo isso e colher os benefícios da troca apenas na medida em que a relação da produção e do consumo entre os dois tipos de commodity seja de complementaridade em vez de concorrência. Se por qualquer razão a relação de complementaridade enfraquecer e a de concorrência tornar-se mais forte, neste sentido, a troca desigual torna-se a arma do país “explorado” para obter riqueza, poder e bem-estar em relação ao país “explorador” e, possivelmente, em detrimento do mesmo. (ARRIGHI, 1990, p. 12-14).

Nesta discussão dos processos de troca desigual, Arrighi reitera uma abordagem que pode ser encontrada em toda a sua obra: processos que parecem ser uma característica constitutiva do regime social se caracterizam, na verdade, pela especificidade histórica. O caráter e as consequências da troca desigual, por exemplo, diferem significativamente, dependendo de estarmos focalizando na metade do século XX ou no início do XXI (assim como a hegemonia dos holandeses no século XVII difere, em aspectos significativos,

---

<sup>86</sup> Assim, para Andre Gunder Frank (1979, p. 22-3), “três séculos de comércio desigual baseado em valores desiguais [...] sugaram uma grande quantidade de capital das colônias e das populações do “Novo Mundo”, capital que a Europa investiu em desenvolvimento econômico e que, por sua vez, consolidou o subdesenvolvimento da América Latina no século XIX.”

da hegemonia britânica no século XIX, ou a crise da década de 30 em relação a dos anos 2000). A troca desigual pode ter aprofundado as desigualdades da renda mundial na década de 50, mas hoje pode servir de instrumento para que a população nos países mais pobres busque renda relativa maior.

Por mais contestador que seja esse retrato da troca desigual, a obra de Giovanni Arrighi leva ainda mais longe esses argumentos. Com base em ideias de seu trabalho anterior sobre a África, Arrighi (1990, p. 16) argumentou que os “[p]rocessos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração” para o entendimento da “pobreza da maioria da população mundial” e do caráter básico da economia-mundo capitalista. Assim, por exemplo, Arrighi (1991, p. 58) enfatizou o papel central desempenhado pela exclusão e pela riqueza oligárquica na promoção da desigualdade entre países durante grande parte do século XX: “[a] riqueza do Ocidente é análoga à riqueza oligárquica de Harrod. Não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e de exclusão que pressupõem a privação relativa continuamente reproduzida da maioria da população mundial”.

Além disso, esses processos de exclusão resultaram não necessariamente apenas, ou mesmo principalmente, dos esforços dos capitalistas, mas dos esforços dos próprios trabalhadores, o que pode ser encontrado claramente na obra de Arrighi (1967) sobre *A Economia Política da Rodésia*. Nessa obra, ele argumentou que trabalhadores brancos organizados da Rodésia usavam a própria força para “perpetuar as condições em que se baseava seu poder, ou seja, a falta de (a) um exército de reserva de população branca; (b) uma população africana branca estável; e, acima de tudo, (c) um sistema efetivo de educação e formação para os africanos” (ARRIGHI 1967, p. 26). Forçando essa exclusão, e ao lado da burguesia nacional e mesquinha, esses interesses estavam em conflito com os da Companhia Britânica da África do Sul (representando, no esquema de Arrighi, os interesses do capitalismo internacional). Como consequência, para Arrighi (1967, p. 27), “houve uma coincidência dos interesses dos africanos (trabalhadores e camponeses) e do capitalismo internacional, pois ambos se beneficiariam de uma maior concorrência no mercado de força de trabalho qualificada”.

---



Os argumentos de Arrighi encontram fortes paralelos com a descrição feita por Adam Smith (1976) da relação entre cidade e campo no surgimento do capitalismo. Como nos países ricos de hoje, para os habitantes da cidade, no relato de Smith, era mais fácil se associar coletivamente em comparação com os habitantes do campo e, de fato, eles usaram a associação corporativista para regulamentar a produção e o comércio nas cidades com o objetivo de restringir a concorrência externa. Enquanto tais arranjos tendiam a aumentar os salários que os empregadores da cidade pagavam aos trabalhadores, “em compensação, [esses empregadores] puderam vender seus produtos a preços mais altos; portanto, dava na mesma, como se costuma dizer; e nas relações entre uma classe e outra dentro da cidade, nenhuma delas saía perdendo por causa destes regulamentos” (SMITH, 1976, I, p. 139). Além disso, como resultado desses acordos, em suas relações com o campo (“é todo o comércio que apoia e enriquece cada cidade consiste nesse último tipo de relações”) os moradores da cidade foram os “grandes ganhadores” capazes de “comprar, com uma quantidade menor de seu trabalho, a produção de uma quantidade maior de trabalho do campo” (SMITH, 1976, I, p. 139-140).

O que Smith descreve é um processo de exclusão seletiva: por meio de arranjos institucionais que estabeleceram um pacto social que restringia a entrada nos mercados, os moradores da cidade atingiram uma combinação virtuosa de crescimento, autonomia política e equidade relativa, que simultaneamente transferiu as pressões competitivas para o campo. A partir dessa perspectiva, o estabelecimento de pactos sociais caracterizados por equidade relativamente maior em nações ricas (ou na Rodésia de Arrighi) e o surgimento de alta desigualdade entre países (ou entre os trabalhadores brancos e os trabalhadores africanos na Rodésia) não são processos separados: ao invés disso, são o resultado de mecanismos institucionais fundamentais que dão suporte à desigualdade mundial. Por exemplo, o reforço das barreiras nacionais à entrada no decorrer do século XX foi parte integrante de um esforço para limitar as pressões competitivas e/ou reduzir a desigualdade nas nações mais ricas, e foi um processo crucial que levou ao desenvolvimento de alta desigualdade entre nações ao longo do mesmo século.

---

Evidentemente, isso não pretende sugerir que a distribuição global desigual de vantagens e desvantagens competitivas resulte exclusivamente da maneira com que as disposições institucionais das nações ricas transferiram as pressões competitivas de um local para outro. Certamente, a história é muito mais complicada. Na medida em que as disposições institucionais das nações ricas reforçavam e protegiam os direitos de propriedade, as áreas sob esse regime ofereciam incentivos fenomenais aos produtores potenciais, incentivos que estavam ausentes em outros lugares. Aqui, como nas cidades de Adam Smith (1976, I, p. 426), a “ordem e o bom governo e, com eles, a liberdade e a segurança dos indivíduos, foram, desta forma, estabelecidos [...], em um momento em que os ocupantes de terras [em outros lugares] estavam expostos a todo tipo de violência”.<sup>87</sup> Além disso, uma vez tendo conquistado certa vantagem competitiva, as nações mais ricas costumavam dispor de uma quantidade muito maior de recursos – o que Arrighi denominou “riqueza oligárquica” – para manter e ampliar essa vantagem (por exemplo, por meio da inovação tecnológica e uma atualização mais constante da qualificação da força de trabalho).

Mas quando o foco recai apenas nas nações ricas, como é a prática da maioria das ciências sociais, os arranjos institucionais dessas nações de fato parecem, assim como aqueles das cidades de Adam Smith, ser caracterizados principalmente pela inclusão. Sob este foco, a estratificação social e a desigualdade parecem ser, basicamente: (a) a partir de uma perspectiva mais próxima do *mainstream*, o resultado da realização individual, medido por critérios universais, nos domínios (por exemplo, educação, mercado de trabalho) caracterizados pelo acesso relativamente irrestrito; (b) em uma versão crítica, a expressão de processos de exploração ligando as populações contidas dentro desses arranjos institucionais.

Neste sentido, as perspectivas críticas, do mesmo modo que aquelas mais próximas do *mainstream*, têm se concentrado em processos considerados

---

<sup>87</sup> “Portanto, qualquer propriedade acumulada pela parcela industriosa da população rural se refugiou, naturalmente, nas cidades, que se tornaram os únicos santuários em que poderia ser assegurada àqueles que a adquiriram” (SMITH, 1976, I, p. 427).

endógenos àquilo que considerariamos as nações ricas. Elvin (2008, p. 108), por exemplo, critica Arrighi por ignorar que “a ‘revolução’ ocidental não foi apenas uma ‘revolução’ no sentido de uma mudança qualitativa que associamos a este termo; foi, acima de tudo, um processo que, embora posto em movimento há mais de duzentos anos, continua ainda hoje”, sustentado pelo “fluxo contínuo na tecnologia de descobertas científicas” e “pelas atitudes mentais e análise que são engendradas pela exposição, ao longo da vida, à ciência moderna”. Numa perspectiva diferente, mas complementar, Walker e Buck (2007, p. 40) consideram a China como sendo “ainda [muito] pré-capitalista qualquer que seja a medida”, tendo apenas começado o caminho para o desenvolvimento capitalista.

Não é surpreendente que a desigualdade e a estratificação pareçam processos determinados principalmente por arranjos institucionais circunscritos às fronteiras nacionais (normalmente, como no exemplo acima, as das nações ricas): como na cidade e no campo de Smith, a interação desses arranjos com os processos de exclusão seletiva só pode ser observada quando mudamos nossa unidade de análise com o intuito de abarcar os incluídos e os excluídos.<sup>88</sup> É por isso que a obra de Giovanni Arrighi sempre contrapõe uma narrativa mais holística e relacional, às vezes para desafiar as perspectivas dominantes, mas com a mesma frequência, para contestar também as interpretações propostas pelas abordagens mais críticas.<sup>89</sup>

---

<sup>88</sup> Essas perspectivas críticas se desenvolveram desde cedo. Sorokin, depois de analisar dados referentes ao declínio da população das ilhas do Pacífico durante o século XIX, argumentou que “esses fatos mostram que, em vez de melhorar, o nível de bem-estar social e econômico no século XIX sofreu declínio e causou a extinção de tais povos. Por sua vez, em parte, o desenvolvimento econômico da Europa no século XIX, ocorreu, em parte em razão da exploração e do saque. O que foi benéfico para um grupo, foi desastroso para os demais. Ignorar esses outros grupos — centenas de milhares de pessoas na Índia, na Mongólia, na África, na China, ou seja, os nativos de todos os continentes e ilhas não europeus, para alguns dos quais o progresso da Europa custou muitíssimo e que, durante o último século, tiveram crescimento ínfimo no padrão de vida — e fomentar a teoria da ‘espiral permanente do progresso’ com base em alguns países europeus é completamente subjetivo, parcial e fantasioso.” Cf. Sorokin (1927, p. 31).

<sup>89</sup> Considerando os conceitos de Arrighi sobre a desigualdade mundial, vê-se que a perspectiva relacional está na raiz de sua análise teórica, a qual não é, como afirmam discussões recentes, um simples “resumo dos argumentos de Brenner” sobre a taxa descendente do lucro de países de alta renda. Cf. Elvin (2008, p. 108).

Ao focar no estado-nação como a unidade de análise relevante, tendemos a enfatizar a variedade de estratégias – desde a aquisição do capital humano até a mobilização política – que foram implantadas com o objetivo de conseguir a mobilidade social e/ou lutar contra a exploração. Baseado principalmente na trajetória histórica que esses processos seguiram nas nações ricas, este tipo de enfoque moldou as duas perspectivas de estudo da estratificação e da desigualdade: o *mainstream* e as correntes críticas. Mas, uma vez que reconhecemos que a exclusão desempenha o papel essencial identificado por Arrighi (ou, nessa questão, por Adam Smith) na formação tanto da desigualdade quanto da estratificação social, temos de reconhecer também que, para as pessoas ao redor do mundo, a busca por maior igualdade implica a luta pela inclusão e contra as formas predominantes de acumulação de oportunidades (como aquelas construídas ao longo do século XX em torno das identidades nacionais).

Com efeito, numa perspectiva global e, sobretudo, entre o final do século XIX e início do século XXI, a violação das fronteiras por meio da migração tem sido uma das principais estratégias de mobilidade social para os que estão em posição inferior nas distribuições de renda (tanto dentro das nações quanto entre elas). Assim, seria um erro retratar a migração exclusivamente, ou mesmo primariamente, como uma consequência indesejada de diversas formas de deslocamento que acompanham a expansão capitalista.<sup>90</sup> Assim como a exclusão com base na identidade nacional foi essencial para a desigualdade e para a estratificação social conforme estas se desenvolviam ao longo do século XX, a violação das fronteiras foi uma das principais formas assumidas pelas lutas por inclusão. É por esta razão que a migração internacional constituía o mais importante fator isolado na promoção da convergência econômica entre as nações no final do século XIX e início do século XX, e também porque esses fluxos sofreram uma interrupção

---

<sup>90</sup> Por exemplo, ao explicar o crescimento das cidades durante “a criação da classe operária inglesa”, Walker e Buck (2007, p. 41) indicam que “todos os camponeses, trabalhadores braçais, artesãos e pequenos manufatureiros foram forçados a se deslocar, pois seus meios de subsistência foram destruídos, seja pela pelo cercamento das terras, apropriação de suas terras ou pela competição do mercado, criada por fazendas e fábricas mais produtivas.”

---

substancial durante o período entre guerras, e porque eles nunca recuperaram os níveis relativos alcançados na virada do século anterior (O'ROURKE; WILLIAMSON, 1999).

Mas a própria existência de restrições baseadas na identidade nacional gerou condições para sua eventual contestação. Neste sentido, as próprias disparidades crescentes entre a renda das nações ao longo do tempo geraram fortes incentivos (por exemplo, a redução drástica de salários nos países pobres) (a) para a migração contínua, mesmo quando praticada contra as regras institucionais; e (b) de crucial importância no final do século XX, a “terceirização” de empregos qualificados e não qualificados para países periféricos em um “desvio de mercado” que, de fato, supera as restrições do século XX aos fluxos do trabalho. Foi isso que transformou a busca efetiva do crescimento econômico nacional na China e na Índia na mais importante força isolada de promoção da convergência econômica entre as nações do final do século XX e do início do século XXI, por meio de impactos que foram ampliados pela atual crise econômica.<sup>91</sup>

Perry Anderson observa que as altas taxas de crescimento, “em meio ao aumento drástico da desigualdade, criaram [na China,] uma classe média substancial ligada ao *status quo* e uma convicção ideológica mais generalizada, estendendo-se além da classe média, dos benefícios da iniciativa privada”. Se quisermos nos basear em Arrighi, essa interpretação não avança o suficiente. Se a exclusão foi, de fato, essencial para as desigualdades de renda do mundo na forma como estas desigualdades se desenvolveram durante grande parte dos séculos XIX e XX, então as tendências atuais de crescimento econômico na China e na Índia, a expansão dos mercados e a globalização, na verdade, podem ser resultado das lutas dos povos periféricos para transformar a desigualdade mundial. Isso ocorre porque, como bem compreendido por Fernand Braudel, e ecoado na obra de Giovanni Arrighi e de outros que atuam em uma perspectiva crítica semelhante, as lutas pela inclusão, muitas vezes, implicam ou até mesmo exigem a expansão dos mercados.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> O próprio Arrighi afirmou que muitos procuraram superar o abismo da desigualdade da renda mundial por meio da migração.

<sup>92</sup> É por isso que Aglietta (2008, p. 62) afirma que “as economias de mercado e o capitalismo estão ligados, mas não são idênticos. O paradigma do mercado é formado pelo comércio entre iguais; [...]. O capitalismo é uma força de acumulação. [...] A desigualdade está em sua essência”.

## Conclusão

O fato de que a crise está sendo vivenciada como promotora de mobilidade ascendente em algumas áreas do mundo (por exemplo, a China e a Índia), mas como mobilidade descendente em outros (por exemplo, o centro rico), mostra a importância de se refletir sobre as alterações das desigualdades da renda mundial em termos relacionais.<sup>93</sup> A partir dessa perspectiva relacional, o declínio atual das desigualdades da renda mundial levanta questões difíceis para as forças progressistas ao redor do globo. A continuidade da expansão dos mercados é boa porque fornece maior inclusão para algumas das populações mais pobres do mundo por meio do rápido crescimento econômico, ou é má porque provavelmente as até então privilegiadas classes trabalhadoras nas nações mais ricas vivenciam uma deterioração de sua posição relativa (e, talvez, até mesmo absoluta) como resultado dessas alterações? Ou, parafraseando Aglietta, como as forças progressistas devem reagir às vantagens e desvantagens inerentes ao ajuste dos “mecanismos de governança internacional” para a nova “geografia” emergente da desigualdade mundial? (AGLIETA, 2008, p. 74).

Essas questões sempre são difíceis de responder. É por esta razão que, diante da persistência das desigualdades do mundo, há quase quarenta anos Arghiri Emmanuel nos advertiu a tomar cuidado com “o perigo de que, ao concentrarmos nosso ardor revolucionário dentro de [um] grupo minoritário de países, talvez nos encontremos na tempestade do amanhã, ao lado da minoria. Não será a primeira vez na história que Roma terá caído, não pelos golpes dos romanos, mas sob os dos ‘bárbaros’” (EMMANUEL, 1972, p. 340). Vinte anos mais tarde, Giovanni Arrighi ecoou preocupações semelhantes, indicando que as desigualdades da renda mundial continuaram a gerar um dilema para as forças progressistas em países ricos, pois “ou os socialistas ocidentais se unirão aos seus companheiros orientais e sulistas, criando um projeto intelectual e um programa político capaz de transformar o atual caos sistêmico em uma nova ordem mundial de igualdade e

---

<sup>93</sup> Faz-se quase desnecessário afirmar que tal perspectiva nos conduz a um lugar bem diferente do que aqueles apregoados pelas panaceias otimistas com raízes no paradigma da modernização.

solidariedade, ou seus apelos ao progresso mundial e à justiça social perderão toda a credibilidade que ainda lhes resta.” (ARRIGHI, 1991, p. 65).

Após vinte anos, nem tudo permanece igual. Ocorre, agora, uma transformação substantiva nas desigualdades da renda mundial que está gerando dilemas difíceis; e as forças progressistas no Ocidente ainda deverão delinear as estratégias ou alinhamentos políticos que podem fornecer respostas confortáveis para esses dilemas. Mas no meio dessas transformações contínuas, devemos atentar mais do que nunca para as advertências de Emmanuel e Arrighi: na busca de proteção para os países ricos que sofrem os efeitos negativos da diminuição das desigualdades da renda mundial, devemos ter cuidado para que as forças progressistas não se posicionem novamente como defensoras da exclusão para a maioria do mundo.

## Referências

AGLIETTA, Michel. Into a New Growth Regime (A caminho de um novo regime de crescimento). **New Left Review**, n. 54, p. 62, nov.-dez. 2008.

ANDERSON, Perry. “Jottings on the Conjecture.” **New Left Review**, n. 48, p. 5-37, nov.-dec., 2007.

ARGHIRI, Emmanuel. **Unequal Exchange**: a study of the imperialism trade. New York, London: Monthly Review Press, 1972.

ARRIGHI, Giovanni. World Income Inequalities and the Future of Socialism (Desigualdade da Renda Mundial e o Futuro do Socialismo). **New Left Review**, I/189, p. 39-66, Set.-Out. 1991.

\_\_\_\_\_. **The Political Economy of Rhodesia**. The Hague: Internationaal Instituut Voor Sociale Studien, 1967.

\_\_\_\_\_. “The Developmentalist Illusion: A Reconceptualization of the Semiperiphery.” In: W.G. MARTIN, W. G. (ed.). **Semiperipheral States in the World-Economy**. New York: Greenwood Press, 1990. p. 11-42.

---

\_\_\_\_\_; DRANGEL, Jessica Drangel. "The Stratification of the World-Economy: An Exploration of the Semiperipheral Zone." **Review X**, n. 1, p. 9-74, Summer, 1986.

BALAKRISHNAN, Gopal. "Speculations on the Stationary State." **New Left Review**, n. 59, p. 5-26, sept.-oct. 2009.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Washington, DC: World Bank, 2010.

BLACKBURN, Robin. **The Subprime Crisis** (A Crise do Mercado Subprime). **NLR**, v. II, n. 50, p. 63-106, mar-abr. 2008.

BREMAN, Jan. "Myth of the Global Safety Net." **New Left Review**, n. 59, p. 29-36, sept.-oct. 2009.

ELVIN, Mark. The Historian as Haruspex (O Historiador como Haruspex). **NLR**, v. II, n. 52, p. 108, jul.-ago. 2008.

EMMANUEL, Arghiri. **Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade**. New York & London: Monthly Review Press, 1972.

FIREBAUGH, Glenn. **The New Geography of Global Income Inequality**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil**. New York: Monthly Review Press, 1967.

\_\_\_\_\_. **Dependent Accumulation and Underdevelopment**. New York: Monthly Review Press, 1979.

FMI - Fundo Monetário Internacional. 2010. **World Economic Outlook Database** (April).

GOWAN, Peter. 2009. "Crisis in the Heartland: Consequences of the New Wall Street System." **New Left Review**, n. 55, p. 5-29, jan.-feb. 2009.

HUNG, Ho-fung. "America's Head Servant?" **New Left Review**, n. 60, p. 5-25, nov.-dec. 2009.

KORZENIEWICZ, Roberto Patricio; MORAN, Timothy Patrick. 2000. "Measuring World Income Inequalities." **American Journal of Sociology**, n. 106, p. 209-14, 2000.

---



---

\_\_\_\_\_. **Unveiling Inequality: A World-Historical Perspective.** New York: Russell Sage Foundation, 2009.

KUZNETS, Simon. "Economic Growth and Income Inequality." **American Economic Review**, n. 45, p. 1-28, 1955.

MILANOVIC, Branco. **Worlds Apart: Measuring International and Global Inequality.** Princeton: Princeton University Press, 2005.

O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. **Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy, (Globalização e História: A Evolução de uma Economia Atlântica no Século XIX).** Cambridge, MA, 1999.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation: The Political and Economic Origins of our Time.** Boston: Beacon Press, 1957[1944].

PREBISCH, Raúl. **The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems.** Lake Success, NY: United Nations (Department of Economic Affairs, Economic Commission for Latin America), 1950.

PRITCHETT, Lant. "Divergence, Big Time." **Journal of Economic Perspectives**, n. 11, p. 3-17, 1997.

SALA-I-MARTIN, Xavier. "The World Distribution of Income: Falling Poverty and... Convergence, Period!" **Quarterly Journal of Economics**, n. 121, p. 351-397, 2006.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations.** Chicago: The University of Chicago Press, 1976 [1776].

SOROKIN, Pitirim, **Mobilidade Social.** Nova York, 1927, p. 31.

WADE, Robert Hunter. "Is Globalization Reducing Poverty and Inequality?" **World Development**, n. 32, p. 567-589, 2004.

\_\_\_\_\_. "Globalization, Growth, Poverty, Inequality, Resentment and Imperialism." p. 373-409. *In*: RAVENHILL, J. (ed.). **Global Political Economy.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

---

WALKER, Richard; BUCK, Daniel. "The Chinese Road: Cities in the Transition to Capitalism." **New Left Review**, n. 46, p. 39-66, jul.-aug. 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1974.

\_\_\_\_\_. **The Modern World-System II**: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. New York: Academic Press, 1980.